

MAGANO, Olga – Pessoas ciganas e cidadania em Portugal: 50 anos de democracia e condições de vida. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 69-78. ISSN 2182-7419.

## **PESSOAS CIGANAS E CIDADANIA EM PORTUGAL: 50 ANOS DE DEMOCRACIA E CONDIÇÕES DE VIDA**

**OLGA MAGANO<sup>i</sup>**

Universidade Aberta (UAb)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa  
(CIES-ISCTE)

### **RESUMO**

A Constituição da República Portuguesa estabelece que as pessoas portuguesas têm acesso aos direitos de cidadania consagrados, nomeadamente ao direito de diversidade cultural, assim como acesso universal à educação, habitação, saúde e a condições de vida condignas. Não obstante, após 50 anos de democracia em Portugal, as pessoas ciganas continuam a ser vítimas de racismo, de anti-ciganismo e do sistema judicial, sendo ainda pouco escolarizadas e tendo dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, bem como ao exercício efetivo dos direitos constitucionais. Neste texto discutimos algumas dimensões sobre condições de vida, racismo e discursos de ódio, tendo por base resultados de vários estudos realizados em Portugal.

**PALAVRAS-CHAVE:** ciganos, cidadania, racismo, desigualdades sociais

<sup>i</sup> olga.magano@uab.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-6261>.

## **ABSTRACT**

### **CIGANOS/ROMA AND CITIZENSHIP IN PORTUGAL: 50 YEARS OF DEMOCRACY AND LIVING CONDITIONS**

The Constitution of the Portuguese Republic establishes that Portuguese people have access to established citizenship rights, namely the right to cultural diversity, as well as universal access to education, housing, health and decent living conditions. Nonetheless, after 50 years of democracy in Portugal, *Ciganos/Roma* people continue to be victims of racism, anti-Gypsyism, the judicial system, with little schooling and difficulties in accessing the labour market, and not all of them have access to the effective exercise of constitutional rights. In this text we discuss some dimensions of living conditions, racism and hate speech, based on the results of various studies carried out in Portugal.

**KEYWORDS:** *ciganos/Roma*, citizenship, racism, social inequalities

## **RESUMÉ**

### **LES CIGANOS/ROMS ET LA CITOYENNETÉ AU PORTUGAL : 50 ANS DE DÉMOCRATIE ET CONDITIONS DE VIE**

La Constitution de la République portugaise stipule que les Portugais ont accès aux droits de citoyenneté consacrés, à savoir le droit à la diversité culturelle, ainsi que l'accès universel à l'éducation, au logement, à la santé et à des conditions de vie décentes. Néanmoins, après 50 ans de démocratie au Portugal, les *Ciganos/Roms* continuent d'être victimes de racisme, d'antitsiganisme, du système judiciaire, d'être peu scolarisés et d'avoir des difficultés à accéder au marché du travail et tous n'ayant pas accès à l'exercice effectif de leurs droits constitutionnels. Dans ce texte, nous abordons certaines dimensions des conditions de vie, du racisme et des discours de haine sur la base des résultats de différentes études menées au Portugal.

**MOTS-CLÉS:** *ciganos/Roms*, citoyenneté, racisme, inégalités sociales

## 1. PESSOAS CIGANAS: ESTEREOTIPIA E REJEIÇÃO

As pessoas ciganas são alvo de imagens estereotipadas de exotismo, olhadas com estranheza e sendo vistas como de fora, apesar de haver registos que falam da sua presença em Portugal há mais de cinco séculos (Coelho, 1995[1892]). Foram perseguidas, vítimas de tentativas de extermínio, aniquilação e deportação (Costa, 1995), vistas como “estrangeiras internas” (Simmel, 1999[1908]; Mendes e Magano, 2022) e expulsas de alguns territórios (Castro, 2013).

O Estado contribui para perpetuar a imagem de estrangeirismo ligando a questão cigana às migrações, uma vez que estas pessoas não são reconhecidas como minoria nacional nem étnica e não têm direitos ou qualquer proteção especial (Mendes *et al.*, 2014). As imagens negativas e de “estrangeiros” estão enraizadas na sociedade portuguesa e expressam-se em discursos de ódio nas redes sociais sempre que é publicada uma notícia sobre pessoas ciganas (Magano e D’Oliveira, 2023). A profunda rejeição é também expressa nas atitudes discriminatórias quotidianas (Vala, 1999), na ciganofobia (Bastos, 2012) e *anti-ciganismo* (Magano e D’Oliveira, 2023), no racismo contra as coletividades ciganas (Marques, 2013), no racismo estrutural quotidiano (Silva, 2014), na estereotipia de que “os Ciganos não gostam da escola” (Casa-Nova, 2006) e na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, quer pelas baixas qualificações, quer recusa das entidades empregadoras (Pereira, 2016), mesmo quando os candidatos de etnia cigana detêm qualificações de ensino superior (Magano, 2010).

De acordo com a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2011: 1), o *anti-ciganismo* é “uma forma específica de racismo, uma ideologia fundada na superioridade racial, uma forma de desumanização e de racismo institucional, alimentado por uma discriminação histórica que é expressa, entre outros, pela violência, discurso de ódio, estigmatização, e o mais flagrante tipo de discriminação”. O *anti-ciganismo* tem sido aceite nas sociedades maioritárias e é uma barreira à inclusão efetiva das pessoas ciganas. Para a FRA (2018), o flagelo do *anti-ciganismo* constitui um obstáculo à melhoria de oportunidades e condições de vida dos ciganos. Existe sob muitas formas e pode ser encontrado em diferentes áreas: na escola, no emprego, nas

políticas públicas, nos serviços públicos, nas relações do dia a dia, nas redes sociais, etc. Como refere Kyuchukov (2012), em muitos casos, o anti-ciganismo é ensinado em casa, desde muito cedo, com as histórias contadas sobre ciganos.

Em termos de políticas sociais, a orientação é universalista, tendo por base propostas integrationistas no “padrão” da sociedade normalizadora (Maeso e Fernández, 2012). Há também a tendência generalizada para responsabilizar as pessoas ciganas pela situação em que se encontram, nos casos de pobreza e exclusão social, sem considerar o tipo de recursos ou a forma como são mobilizados, argumento frequentemente usado para a acusação de que “não se querem integrar” (Castro, 2013). Aceita-se uma certa “naturalização” da discriminação das pessoas ciganas, em que o anti-ciganismo assume uma forma quotidiana mais subtil e menos visível (Hellgren e Gabrielli, 2021), interiorizado e em grande medida normalizado, o que significa para estas pessoas lidar com preconceitos, discriminações, expectativas negativas e, muitas vezes, rejeição aberta por parte do resto da sociedade.

A cultura cigana caracteriza-se por uma forte ligação à família, modos de vida próprios língua, e celebração efusiva dos grandes momentos da vida (como nascimento, casamento, morte e luto). Para Gamella (2013), ser cígano consiste especialmente no “sangue” e nos costumes, isto é, no sentimento de pertença a um coletivo (Magano, 2010; Mendes, 2007). Tende-se a ver os ciganos como grupo homogéneo e cristalizado no tempo (Magano, 2010; Cunha e Magano, 2019). No entanto, existem diferenças consoante os capitais económico, cultural e simbólico, a área de residência e o grau de rigidez ou de flexibilidade com que são praticadas as tradições ciganas. Contrariando a estereotipia sobre a homogeneidade dos ciganos, investigações empíricas apontam diferenças de traços culturais e sociais entre famílias. Há diversas designações para se autonomearem (transmontanos, chabotos, galegos, alentejanos, beirões, etc.) que refletem essa diferença, embora os não ciganos percepcionem todos como iguais (Magano, 2010).

A dinâmica das interações sociais entre pessoas ciganas e não ciganas, o cruzamento de traços culturais e estilos de vida influenciam a identidade social cigana (Magano, 2010). Os ajustamentos identitários

provocam afastamento de alguns traços culturais tradicionais, mas não existe afastamento total do modelo de referência, o que permite a construção de identidades compósitas, multifacetadas, com contributos reconfigurados com as vivências individuais, no sentido dado por Maalouf (1999).

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13.º, estabelece que somos iguais e que ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito em razão da ascendência, sexo, “raça”, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Contudo, após 50 anos de sistema democrático, as pessoas ciganas são os principais alvos de discursos de ódio e de práticas racistas, sendo também as mais pobres e excluídas, vítimas de segregação social e espacial, com baixas taxas de escolaridade e sem acesso ao mercado de trabalho.

## **2. ALGUNS DADOS SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS CIGANAS EM PORTUGAL**

O estudo nacional realizado em 2014 (Mendes et al., 2014), relatórios internacionais da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais (FRA 2018, 2022) e dados divulgados pelo INE (2024) traçam um retrato da população cigana de pobreza, abandono escolar e de racismo, apesar da sua pouca visibilidade estatística. Os resultados de um inquérito aos municípios, revelaram a existência de 24 210 pessoas ciganas (Mendes et al., 2014). Em 2023, um inquérito do INE às condições de vida, origens e trajetórias da população residente, apurou que 47 500 pessoas residentes em Portugal entre os 18 e 74 anos se autoidentificaram com o grupo étnico cigano (INE, 2024).

As pessoas ciganas portuguesas, desde 25 de abril de 1975, foram abrangidas por políticas públicas universais na área da habitação, sistema nacional de saúde, escolaridade obrigatória e medidas de proteção social, mas apenas em 2013 surgiu a primeira Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ACIDI, 2013), cujos grandes eixos foram saúde, educação, habitação e emprego e formação profissional. No entanto, o impacto é ainda reduzido: as medidas têm sido implementadas de forma avulsa, genérica e dispersa.

Na área da habitação, várias famílias foram realojadas, sobretudo devido ao Programa Especial de Realojamento (1993). Contudo, muitas não foram incluídas e não foi considerado o crescimento natural. De acordo com um estudo do Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana (Ferreira, 2015), em Portugal, pelo menos 2461 famílias ciganas residem em alojamentos não clássicos (barraca, acampamento ou alojamento móvel), o que indica um número significativo de famílias que ainda não acederam a uma habitação condigna.

Quanto à escolaridade, apesar de as novas gerações terem mais estudados, a população cigana mantém-se distante da taxa geral. Nos Censos 2021 (INE), 60,2% dos portugueses entre os 25 e os 65 anos tinham completado o ensino secundário, a taxa de analfabetismo era de 3,08% e a taxa de abandono precoce 8,1%. Na população cigana, em 2014, mais de 70% da população inquirida tinha o 1.º ciclo do ensino básico ou menos, e 27,1% não sabiam ler nem escrever (Mendes et al., 2014). Segundo o INE (2024), 91,9% da população cigana tem até ao 3.º ciclo do ensino básico, mas este resultado agrupa “não saber ler e escrever” e “saber ler e escrever mas não ter completado qualquer nível de ensino”, o que impede a destriňa efetiva de casos de escolaridade por nível de ensino<sup>1</sup>. Também a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) tem vindo a traçar o Perfil Escolar da Comunidade Cigana. Os dados disponíveis permitem aferir o número de crianças e jovens ciganos matriculados nos vários níveis do ensino e constatar que, à medida que aumenta o nível, diminui o número de estudantes inscritos (DGEEC, 2018, 2020, 2022). Igualmente se constatam elevadas taxas de retenção e abandono: as retenções são superiores a 20% nos vários níveis de ensino, e o abandono escolar é de 12,6% no ensino básico e de 20% no ensino secundário (DGEEC, 2022).

Fortemente relacionadas com os baixos níveis de escolaridade, são as dificuldades com que as pessoas ciganas se debatem para aceder ao mercado de trabalho. A inscrição nos Centros de Emprego não garante acesso a formação profissional ou a proposta de emprego. São escassas as oportunidades formativas e de emprego surgidas neste contexto (Pereira, 2016), assim como a preparação por parte de técnicos de emprego e das

---

<sup>1</sup> Recorde-se que desde 2009, a escolaridade obrigatória é de 12 anos (Lei n.º 85/2009).

entidades empregadoras (Mendes *et al.*, 2023); há também recusa de emprego por parte de empregadores e sentimentos de discriminação na seleção de candidatos (Pereira, 2016; Magano, 2010).

No campo da saúde, há uma boa cobertura nacional no acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde (Mendes *et al.*, 2014), mas verifica-se diferença em termos de esperança de vida e doenças crónicas na população cigana, por vezes associadas às condições de insalubridade em que estas pessoas residem. Os resultados de 2014 mostram que cerca de 48% dos inquiridos indicou ter passado fome, dos quais 18,6% 1-2 vezes por ano, 13,7% 1-2 vezes por mês e 15,8% muitas vezes. Para a FRA (2022), 96% das pessoas ciganas portuguesas vivem em situação de pobreza.

Para além das deficitárias condições de vida, as dificuldades de acesso ao sistema de justiça e a hipocriminalização (Gomes, 2013), o racismo e discursos de ódio têm vindo a crescer, na sequência do aparecimento em Portugal de um partido de extrema-direita, manifestando um profundo anti-ciganismo. São frequentes comentários racistas e de ódio nas redes sociais, que expressam a ideia de que as pessoas ciganas não são portuguesas e que devem ser expulsas do país (Magano e D’Oliveira, 2023), reproduzindo assim o estereótipo de que são estrangeiros.

## **CONCLUSÕES**

Nesta breve incursão pelas condições de vida das pessoas ciganas, pretendeu-se assinalar as dificuldades com que são confrontadas pelo facto de serem ciganas, bem como o racismo institucional e estrutural da sociedade portuguesa, que naturaliza e normaliza os preconceitos e estímgas, assim como o anti-ciganismo. Apesar da atenção crescente e das várias políticas públicas, após 50 anos de democracia, continua a existir um desfasamento acentuado das condições de vida das pessoas ciganas em relação à população geral, pelas elevadas taxas de pobreza e exclusão social. Esse desfasamento traduz-se na pouca possibilidade de exercerem uma cidadania efetiva, acederem ao mercado de trabalho e a cargos públicos, mas também no ativismo cívico e na defesa da cultura cigana. O cenário tem-se agravado com o aumento de discursos de

ódio e xenofobia nas redes sociais e o crescimento da extrema-direita, fenómenos recentes e preocupantes na sociedade portuguesa de que as pessoas de origem cigana são o principal alvo.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACIDI – ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL – *Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2013.

BASTOS, José – *Portugueses, Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2021. ISBN 9789896891817.

CASA-NOVA, Maria José – A relação dos ciganos com a escola pública: contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Interacções* [Em linha]. 2 (2006) 155-182. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.295>. ISSN 1646-2335.

CASTRO, Alexandra – *Na luta pelos bons lugares: ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/7017>.

COELHO, Adolfo – *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão* (1.ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995 [1892]. ISBN 9789722011871.

COSTA, Eduardo Maia – Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão. In CORTESÃO, Luíza; PINTO, Fátima (Eds.) – *O povo cigano: cidadãos na sombra – Processos explícitos e ocultos de exclusão*. Porto: Edições Afrontamento, 1995. ISBN 9789223603594. pp. 21-26.

CUNHA, Jamilly; MAGANO, Olga – Ciganas e Ciganos no Brasil e Portugal: uma análise comparativa acerca dos processos de integração e construção de políticas sociais. *ANTHROPOLÓGICAS* [Em linha]. 23:30(1) (2019) 251-280. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/9257>. ISSN 2525-5223.

DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/17*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018.

DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar das Comunidades Ciganas 2018/2019*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2020.

DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA – *Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2020/2021*. Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2022.

EUROPEAN COMMISSION AGAINST RACISM AND INTOLERANCE (ECRI) – *General Policy Recommendation No. 13 on combating anti-Gypsyism and discrimination against Roma*. Strasbourg: European Commission Against Racism and Intolerance, 2011. Disponível em: [https://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/activities/GPR/EN/Recommendation\\_N13/e-RPG%202013%20-%20A4.pdf](https://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/activities/GPR/EN/Recommendation_N13/e-RPG%202013%20-%20A4.pdf)

FERREIRA, Teresa Leal – *Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal. Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana.* Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2015.

FRA – *Roma in 10 European Countries* [Em linha]. Viena: European Union Agency for Fundamental Rights, 2022. Disponível em: [https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results\\_en.pdf](https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results_en.pdf).

FRA – *A Persisting Concern: Anti-Gypsyism as a Barrier to Roma Inclusion* [Em linha]. Luxemburgo: European Union Agency for Fundamental Rights, 2018. Disponível em: [https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/fra-2018-anti-gypsyism-barrier-roma-inclusion\\_en.pdf](https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2018-anti-gypsyism-barrier-roma-inclusion_en.pdf)

GAMELLA, Juan – Sangre y Costumbres. In MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (Eds.) – *Ciganos Portugueses. Olhares plurais numa sociedade em transição* Lisboa: Edições Mundos Sociais, 2013. ISBN 9789898536266. pp. 17-35.

GOMES, Silvia – A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Latitude* [Em linha]. 7:2 (2013) 187-217. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/47091>. ISSN 1981-5921.

HELLGREN, Zenia; GABRIELLI, Lorenzo – Racialization and Aporophobia: Intersecting Discriminations in the Experiences of Non-Western Migrants and Spanish Roma. *Social Sciences* [Em linha]. 10:5 (2021) 163. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci10050163>. ISSN 2076-0760.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente 2023*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2024.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 2021. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2022.

LOPES, Daniel – *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 9789726712169.

KYUCHUKOV, Hristo – Anti-gypsyism or Antigypsyism. In KYUCHUKOV, Hristo (Ed.) – *New faces of antigypsyism in modern Europe*. Praga: Editora NGO Slovo, 2012. ISBN 9788090432758.

MAESO, Silvia; FERNÁNDEZ, Cayetano – Integracionismo e gestão institucional do anti-ciganismo na Europa: uma análise das barreiras à construção de um sujeito político Rom. PEREIRA, Amílcar (Ed.) – *Narrativas de (re)existência: Antirracismo, História e Educação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021. ISBN 9786586253894. pp. 197-229.

MAGANO, Olga – *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1750>.

MAGANO, Olga; D'OLIVEIRA, Tânia – Antigypsyism in Portugal: Expressions of hate and racism in social networks. *Social Sciences* [Em linha]. 12:9 (2023) 511. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3390/socsci12090511>. ISSN 2076-0760.

MARQUES, João Filipe – O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal. Sequelas de uma modernização. In MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga (Orgs.) – *Ciganos Portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* Lisboa: Mundos Sociais, 2013. pp. 111-121.

MENDES, Maria Manuela – *Representações Face à Discriminação. Ciganos e Imigrantes Russos e Ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Sociologia Geral. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga – “Roma/Ciganos and the condition of internal strange in Portuguese Society. The construction of otherness”. In CAETANO, Pedro; MENDES, Maria Manuela (Eds.) – *Simmel and beyond. The contemporary relevance of Simmel's thought*. Londres: Routledge, 2022. ISBN 9781032021553. pp. 55-75.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga; CANDEIAS, Pedro – *Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: ACM, 2014.

MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga; CAETANO, Pedro; CANDEIAS, Pedro; PINHEIRO, Sara; MOURÃO, Susana – Conclusões e recomendações no plano das medidas e políticas públicas. In MENDES, Maria Manuela (Eds.) – *Ciganos/Roma e educação: Investigação colaborativa e práticas de coprodução de conhecimento*. Lisboa: Mundos Sociais, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/31377>. ISBN 9781032021553. pp. 137-143.

MAALOUF, Amin – *As identidades assassinas*. Miraflores: DIFEL, 1999. ISBN 9789722904655.

PEREIRA, Isabel – *Ninguém dá trabalho aos ciganos! Estudo qualitativo sobre a (des) integração dos ciganos no mercado formal de emprego*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/5224>.

SILVA, Manuel Carlos – *Sina social cigana. História, Comunidades e Instituições*. Lisboa: Edições Colibri, 2014. ISBN 9789896892838.

SIMMEL, Georg – *Sociologie. Études sur les formes de socialisation*. Paris: PUF, 1999 [1908]. ISBN 9782130482697.

VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo; LOPES, Diniz – *Expressões do racismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999. ISBN 9789726713593.